

O PAPEL DA ORIENTAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO

MAZZILLI, Sueli* – UNISANTOS

GT-04: Didática

Agência Financiadora: CAPES

Desde a criação de um sistema de pós-graduação no Brasil, ocorrida entre os anos de 1965 e 1970, coube à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como agência estatal, as atribuições de avaliação e de destinação de recursos públicos para os programas de pós-graduação, além da função de validação dos diplomas por eles emitidos. As atribuições da CAPES sofreram modificações, passando por diferentes fases quanto ao modo de conceber o papel da pós-graduação no Brasil e de estruturar-se para desempenhar suas funções. A mais profunda mudança, no entanto, deu-se nos anos de 1996/1998, quando ocorre a transição do paradigma centrado na formação para a docência no ensino superior para o atual, que tem como meta formar pesquisadores. Esta mudança foi acompanhada da instauração de um novo sistema de avaliação da pós-graduação, que culminou, na prática, estabelecendo as formas de organização e funcionamento dos Programas. (KUENZER e MORAES, 2005).

As políticas de avaliação e de fomento vigentes incluíram, mais recentemente, novas exigências aos Programas de Pós-graduação. Dentre elas, um aspecto causador de tensão para os processos de orientação é a adoção de padrões comuns de prazos para titulação dos estudantes, sem considerar as diversidades entre as diferentes áreas de Ciências, evidenciando que “pouca distinção tem sido feita entre o tempo da pesquisa e o tempo da política” (Bianchetti e Machado, 2006, p. 141). Como consequência, a produção de conhecimentos nas Ciências Humanas vive hoje forte conflito quando adota abordagens qualitativas de pesquisa, que buscam, para além dos produtos, a compreensão e apreensão de processos, o que demanda tempo de maturação, e se vê diante de exigências de cumprimento de prazos nem sempre correspondentes às necessidades, aspecto que incide diretamente sobre os processos de orientação de dissertações e teses.

A questão da orientação de dissertações e teses

* Pesquisa Em Andamento Sendo Desenvolvida Pela Autora Em Estágio De Pós-Doutoramento Realizado Na Unisinos, Sob Orientação Da Prof. Dra. Maria Isabel Da Cunha.

Orientadores na produção de dissertação e teses são professores universitários que ao longo da carreira acadêmica se titularam, tornaram-se pesquisadores e passaram a formar novos pesquisadores, ao integrarem programas de pós-graduação *stricto sensu*. Se tem sido crescente o investimento de pesquisadores na teorização sobre a formação do professor universitário, o mesmo não ocorre em relação à constituição profissional dos orientadores. A precariedade de estudos neste campo se explica pelo fato de que, aparentemente, as funções de professor, de pesquisador e do orientador serem entendidas como recorrentes. Um olhar mais atento, porém, pode evidenciar que se trata de funções da mesma natureza, porém com diferentes especificidades.

Machado (2000) denomina de “trinca da pós-graduação” o conjunto de “funções propriamente pedagógicas” atribuídas aos professores neste nível de ensino: atividade de docência, a função de pesquisador e a função de orientador. É possível inferir que, quanto às funções de docência, o professor que chega a um programa de pós-graduação já tenha um acúmulo de formação e de experiência que lhe permite o desempenho desta função em bons níveis. E quanto à orientação? “ Como se faz essa passagem de pesquisador a orientador? (...) Aprende-se a orientar orientando (...) Tateando e de maneira bastante intuitiva. (MACHADO, 2006, p.09)

Aprofundando o conhecimento sobre processos de orientação de dissertações e teses

As circunstâncias que envolvem processos de orientação em programas de pós-graduação *stricto sensu* motivaram a realização desta investigação, que toma por premissa que os orientadores de dissertações e teses em Educação buscam superar a condição de processos educativos de ajustamento, ainda predominantes na educação brasileira, proporcionando aos seus orientandos condições de formação de consciência crítica sobre a realidade, na medida em que estimulam a problematização das situações de pesquisa em suas causas e o fortalecimento, tanto individual como das instâncias coletivas, como condição para a superação dos problemas e identificação de espaços para a transformação social.

Como categorias teóricas para este estudo são tomados os conceitos de *regulação* e *emancipação* apresentados por Santos (2005) que, ao analisar a transição paradigmática em curso, na dimensão epistemológica e na dimensão social, incita à busca de primazia do conhecimento-emancipação sobre o conhecimento-regulação. Por conhecimento-regulação, o autor entende a trajetória entre um estado de caos para um estado de ordem, obtido a partir do cumprimento às regulamentações e padronizações

estabelecidas por instancias hierárquicas superiores às instancias executoras. Por conhecimento-emancipação o autor entende como “uma trajetória entre um estado de ignorância, que designo por colonialismo, e um estado de saber, que designo por solidariedade” (p. 78)

Sob este enfoque, coloca-se como questão para esta pesquisa: como orientadores de dissertações e teses em Programas de Pós-graduação em Educação realizam suas funções de caráter emancipatório frente às demandas regulatórias das políticas vigentes? Para o desenvolvimento do estudo, são analisadas as trajetórias de orientadores com diferentes tempos de titulação que, supõem-se, apresentam diferentes aprendizados de orientação.

Na prática cotidiana, a tarefa de orientar tem como produto final a produção de dissertações e teses, atividades que envolvem o desenvolvimento da capacidade de criação e de autoria, na produção e exposição de investigações e de seus resultados, o que demanda do aluno:

- ✓ aprender a olhar com olhos de estranhamento para situações que lhe são familiares, a indagar sobre estas situações;
- ✓ aprender a buscar na literatura os parceiros que, antes dele, debruçaram-se sobre os mesmos problemas e que agora vão ajudá-lo a compreendê-los, a explicá-los, a buscar novas respostas para sua superação, ou seja, apropriar-se dos conhecimentos que dão sustentação ao campo de conhecimento que quer adentrar;
- ✓ apreender a lógica e os procedimentos que lhe permitirão conhecer, explicar, analisar os porquês e modos que envolvem estas situações;
- ✓ expor, através da escrita, segundo as normas convencionadas pela comunidade científica, tudo o que aprendeu a fazer e fez para produzir aquele conhecimento.
- ✓ aprender a inserir-se nas instâncias acadêmicas que está adentrando, através da participação em eventos da comunidade científica e de publicações de seus novos conhecimentos.

Talvez até possamos reconhecer um certo consenso em torno destas premissas, mas pouco sabemos sobre o que concretamente ocorre desde o processo de escolha ou atribuição de um orientador até que a tese ou dissertação é defendida: o que realmente significa a orientação no processo de produção do conhecimento e de construção da autoria? Como os orientadores de dissertações e teses de PPGes entendem e realizam o processo de orientação? Que diferenças há nos processos de orientar entre professores iniciantes e os com mais tempo de carreira nesta função? Que tipo de problema

enfrentam hoje os orientadores, frente às exigências das agências controladoras e financiadoras e como lidam com esses problemas? O que diferentes orientadores têm em comum ou em quê seus métodos e procedimentos se diferenciam? Quais têm se mostrado os modos mais eficazes de atuar, em matéria de orientação, quando se busca a formação de intelectuais críticos?

Questionamentos deste tipo levam, por outro lado, a perguntarmos o que pensam os alunos, mestrando e doutorandos, sobre este processo: suas expectativas, percepções e sugestões para o aprimoramento destes processos.

A investigação de campo está sendo realizada em dois Programas de Pós-graduação em Educação consolidados, valendo-se de entrevistas individuais com orientadores com diferentes tempos de carreira como orientadores e de grupos focais com mestrandos e doutorandos dos respectivos Programas.

Do ponto de vista metodológico, parte-se do pressuposto que, para conhecer algo não basta confrontar diferentes pensamentos gerados de modo externo ao sujeito: é preciso que o conhecimento ganhe significado ao confrontar as experiências de vida do sujeito com as circunstâncias históricas que as geraram, no plano social.

Para obtenção dos dados pretendidos, este estudo vale-se do uso de narrativas como explicitadoras e produtoras de conhecimento, como proposto por Cunha (1998).

Para a análise dos dados são tomadas as categorias do materialismo histórico, que permitem compreendê-los, a partir das narrativas, na dimensão histórica de sua ocorrência, do contexto que os gerou e dos conflitos subjacentes, frutos das diferentes maneiras de conceber, exercer e vivenciar o processo de orientação, num contexto socialmente diverso.

Considerações finais

A expectativa é que, ao final deste estudo, possam ser identificadas regularidades nos processos de orientação que evidenciem as intenções e modos de realização, que possam vir a traçar as tendências na orientação de dissertações e tese em Programas de Pós-graduação em Educação, contribuindo com elementos para a formulação de uma epistemologia da prática profissional dos orientadores desses Programas, de modo a “revelar esses saberes, compreender como são integrados concretamente nas tarefas dos profissionais e como estes os incorporam, produzem, utilizam, aplicam e transformam em função dos limites e dos recursos inerentes às suas atividades de trabalho”. (TARDIF, 2002, p.256)

Parte-se da premissa que em PPGE's há, por parte dos orientadores, desejo de formar pesquisadores numa perspectiva crítica - conhecimento emancipatório – e que os limites impostos pelas políticas, que se interpõem como condicionantes desta expectativa, são tratados numa dimensão utópica entendida como “exploração, através da imaginação, de novas possibilidades humanas e novas formas de vontade, e a oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor pelo que vale a pena lutar e a que a humanidade tem direito.” (SANTOS, 2005, p. 331)

Como Santos, acreditamos que a transformação social que nosso tempo está a exigir é o avanço para uma democracia de alta intensidade, que se realiza com a expansão dos espaços públicos, na tensão entre os processos regulatórios e emancipatórios, e que tem no desejo de intervenção na vida pública sua premissa. Cabe à Educação a qualificação desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. Orientações de teses e dissertações: individual e/ou coletiva? Contextos e transformações nos 40 anos da pós-graduação strictu sensu em educação no Brasil. In: SILVA Jr, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de; MANCIBO, Deise. (Org.). **Reforma Universitária: dimensões e perspectivas**. 1 ed. Campinas, São Paulo: Alínea/ANPEd, 2006, v. 1, p. 141-156.

CUNHA, Maria Isabel da. **O professor universitário na transição de paradigmas**. Araraquara/SP: JM Editora, 1998.

KUENZER, Acácia Zeneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na pós-graduação em Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.26, n. 93, p. 1341-1362, set/dez. 2005.

MACHADO, Ana Maria Netto. A bússola do escrever: sobre a função da orientação de teses e dissertações. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre: PUC/RS, nº 13, dezembro 2000, semestral, p. 141-147.

MACHADO, Ana Maria Netto. Produtividade na pós-graduação brasileira? Rumos, limites e engodos na busca de garantir a qualidade. **Atos de Pesquisa em Educação**. 2006. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 3 ed. Petrópolis/RJ: Vozes. 2002.